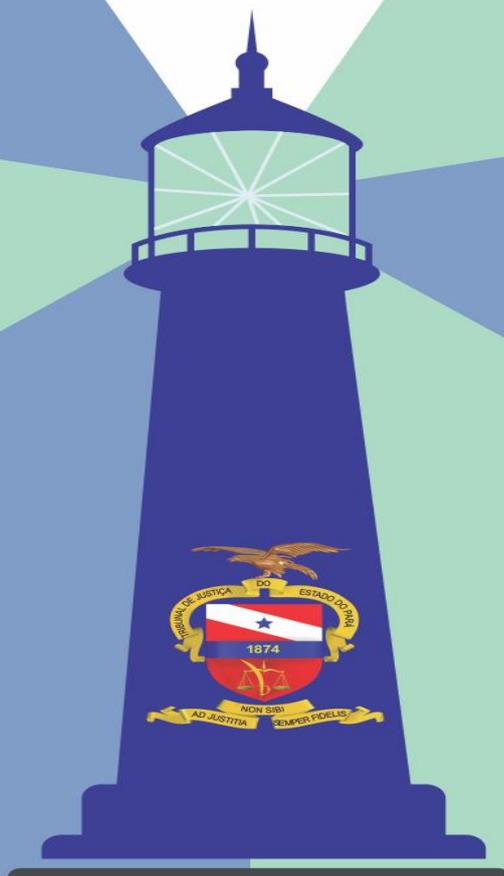


GLOSSÁRIO DE INDICADORES ESTRATÉGICOS





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Missão:

Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional e do incentivo a pacificação social, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Visão:

Ser reconhecido como instituição acessível, confiável, célere e efetiva.

Valores:

Eficiência, Acessibilidade, Agilidade, Credibilidade, Ética, Transparência, Inovação e Sustentabilidade.

Desembargadora **Celia Regina de Lima Pinheiro**

Presidente

Desembargador **Ronaldo Marques Valle**

Vice-Presidente

Desembargadora **Rosileide Maria da Costa Cunha**

Corregedora Geral de Justiça

Equipe Técnica

Fábio Djan Oliveira de Lima

Diretor do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

Luciana Sá Fernandes – Coordenadora de Gestão Estratégica

Alcimar Martins Júnior- Analista Judiciário

Kelly Regina Lima de Lima- Analista Judiciário

Fabianne Cabral Pinto de Almeida- Auxiliar Judiciário



Perspectiva: Sociedade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

• **Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais**

Descrição: Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todas e todos.

➤ **Indicadores:**

Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça		
Variáveis		
Cidadania	População	Judiciário
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais	% de mulheres na população	Tempo médio de decisão
Taxa nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos de idade	Coefficiente de Gini	Taxa de magistrados na população
Déficit de altura para a idade (DAI) por município	% de pessoas com idade superior a 50 anos	Taxa de varas na população
Déficit de peso para a idade (DPI) por município	Taxa de escolarização	Casos novos do 1º grau por 100 mil habitantes
Taxa de domicílios com água canalizada	% de pessoas na população que se autodeclararam não brancas	

Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça			
Cálculo do Indicador			
Capital	Componentes / fórmulas	Escore	Padronização
Cidadania	$CP1 = -0,3344 * \text{Analfabetismo} - 0,515 * \text{Taxa Nascidos vivos} - 0,4412 * \text{DAI} - 0,4635 * \text{DPI} + 0,4621 * \text{Taxa Água Canalizada}$ $CP2 = -0,6956 * \text{Analfabetismo} + 0,0344 * \text{Taxa Nascidos vivos} + 0,4783 * \text{DAI} + 0,3819 * \text{DPI} + 0,3747 * \text{Taxa Água Canalizada}$	CP1 + CP2	(Escore-CPmín) / (CPmáx – Cpmín)
População	$CP1 = 0,1677 * \text{Taxa Mulher} - 0,4279 * \text{Coeficiente Gini} + 0,5154 * \text{Idade 50 e mais} - 0,5237 * \text{Taxa Escolarização} - 0,4988 * \text{Cor Não Branca}$ $CP2 = 0,8076 * \text{Taxa Mulher} + 0,4909 * \text{Coeficiente Gini} + 0,2032 * \text{Idade 50 e mais} - 0,1439 * \text{Taxa Escolarização} + 0,2114 * \text{Cor Não Branca}$	CP1 + CP2	(Escore-CPmín) / (CPmáx – Cpmín)
Judiciário	$CP1 = 0,354 * \text{Tempo Decisão} - 0,576 * \text{Taxa Magistrados na População} - 0,532 * \text{Taxa Varas na população} - 0,507 * \text{Casos Novos 1G por 100 mil hab}$ $CP2 = -0,930 * \text{Tempo Decisão} - 0,267 * \text{Taxa Magistrados na População} - 0,115 * \text{Taxa Varas na população} - 0,223 * \text{Casos Novos 1G por 100 mil hab}$	CP1 + CP2	(Escore-CPmín) / (CPmáx – Cpmín)

Índice de Acesso à Justiça = Média das padronizações



Indicadores e Metas

Identificação	Ano de referência	Meta							
		Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça	2020	56%	Alcançar 75% até 2026	56%	60%	64%	68%	72%	75%

- **Macrodesafio:** Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade.

Descrição: Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

➤ **Indicadores:**

Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário: trata-se de pesquisa a ser realizada com a sociedade e com os jurisdicionados, a fim de captar a percepção quanto às atividades desempenhadas pelo Poder Judiciário, bem como a satisfação com os serviços prestados. Deverão ser realizadas duas pesquisas, uma no início e outra ao final da Estratégia pelo CNJ.

Fonte de Dados: pesquisa de campo com abrangência nacional e com participação de todos os segmentos de justiça. O CNJ, por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), elaborará projeto de aplicação da pesquisa envolvendo as fases de: a) planejamento amostral; b) instrumentos de coleta; e c) estratégias de aplicação do formulário (on-line, presencial etc.).

Fórmula de cálculo: com base nos resultados da pesquisa e nas respostas dos participantes.

Índice de Transparência: Percentual obtido no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Fonte: CNJ/DGE, em <https://www.cnj.ius.br/transparencia-cnj/ranking-da-transparencia/>.

Fórmula de cálculo: Média ponderada dos itens avaliados, conforme requisitos e pesos em vigor detalhados na normativa mais recente.

Indicadores e Metas

Identificação	Ano referência	Meta						
		Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Indicador	2020	Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário	25,66%	Alcançar 60% até 2026	-	50%	-	55%	-	60%
Índice de Transparência	97,77%	Alcançar 100% até 2026	98%	100%	100%	100%	100%	100%



Perspectiva: Processos Internos



- **Macrodesafio: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional**

Descrição: Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais.

Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

➤ **Indicadores:**

Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais (TCExtFisc): Mede o percentual de casos de execução fiscal que permaneceram pendentes de solução ao final do período-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados) durante o período-base.

Fórmula:

$$TCExtFisc = \frac{CPExt_{Fisc1}}{CPExt_{Fisc1} + T BaixExt_{Fisc1}}$$

CPExtFisc1 – Casos pendentes de Execução Fiscal no 1º grau; e

TBaixExtFisc1 – Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau.

Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais (TCL): Indica o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais. Computar os processos de 2º grau, de 1º grau, das turmas recursais e dos juizados especiais (quando aplicável), somando-se os casos de conhecimento e de execução judicial e extrajudicial não fiscal.

Fórmula:

$$TCL = \frac{Cp - CpExt_{Fisc1} - SusNFisc}{TBaix - TBaixExt_{Fisc1} + Cp - CpExt_{Fisc1} - SusNFisc}$$

Cp – Total de casos pendentes;

CpExtFisc1 – Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau;

SusNFisc – Total de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, exceto os processos de Execução Fiscal;

TBaixExtFisc1 – Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau.

Índice de Atendimento à Demanda: Indica a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%. Computar os processos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

de 2º grau, de 1º grau, das turmas recursais e dos juizados especiais (quando aplicável), somando-se os casos de conhecimento e de execução.

Fórmula:

$$IAD = \frac{TBaix}{Cn}$$

TBaix – Total de Baixados; e
Cn – Casos Novos.

Indicadores e Metas								
Identificação	Ano de referência	Meta	Meta					
			2021	2022	2023	2024	2025	2026
Indicador	2020	Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais (TCExtFisc)	98,7%	Reduzir para 94% até 2026	98,7%	98%	97%	96%	95%	94%
Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais (TCL)	77%	Reduzir para 67% até 2026	76%	75%	73%	71%	69%	67%
Índice de Atendimento à Demanda (IAD)	109,2%	Alcançar 150% até 2026	120%	125%	135%	140%	145%	150%

- **Macrodesafio: Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais**

Descrição: No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, é o conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

➤ **Indicadores:**

Índice de Prescrição: É calculado pela razão entre o total de julgamentos por prescrição em relação ao total de julgamentos de processos relativos à Improbidade Administrativa, à Corrupção e aos Ilícitos Eleitorais.



Fórmula:

$$\text{Índice de Prescrição} = \frac{\text{Julgamentos com prescrição}}{\text{SentC}}$$

Julgamentos com prescrição = Processos computados em SentC que receberam os movimentos 471 (para os casos de improbidade) e 11879, 11878 e 1045 (corrupção e ilícitos eleitorais); e SentC = sentenças de conhecimento.

Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais:

Indica o tempo de duração dos casos pendentes, decorrido entre a data da autuação/recebimento até o último dia do ano-base, dos processos de corrupção, improbidade administrativa e de ilícitos eleitorais pendentes. Para fins de cálculo da média, os processos de 2º grau, de 1º grau, das turmas recursais e dos juizados especiais (quando aplicável) serão computados como se fossem ações distintas, ou seja, serão somados os tempos entre os movimentos de cada instância, dividido pelo número de processos em cada instância.

Fórmula:

$$TpCpICE = \frac{\sum_{i=1}^{CpICE} (DtRef - \text{Data Autuação/Recebimento}_i)}{CpICE}$$

CpICE – total de casos pendentes nos processos de corrupção, improbidade administrativa e de ilícitos eleitorais pendentes;

DtRef – data base de cálculo; e Data Autuação/Recebimento – data do início dos processos de corrupção, improbidade administrativa e de ilícitos eleitorais.

Indicadores e Metas								
Identificação	Ano de referência	Meta						
Indicador	2020	Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Prescrição	8%	Reduzir para 5% até 2026	8%	7%	6%	6%	5%	5%
Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais	6 anos e 1 mês	Reduzir para 3 anos até 2026	6 anos	5 anos	4 anos e 6 meses	4 anos	3 anos e 6 meses	3 anos

- **Macrodesafio:** Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais Para os Conflitos.

Descrição: Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa das cidadãs e dos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

cidadãos. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

➤ **Indicadores:**

Índice De Conciliação (Ic): Percentual entre o total de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças, conforme fórmulas e glossários da Resolução CNJ n. 76. Serão consideradas as sentenças de todas as fases (conhecimento e execução), bem como de todas as instâncias.

Fórmula:

$$IC = \frac{SentH}{Sent}$$

SentH – Total de sentenças homologatórias de acordo

Sent – Total de sentenças.

Índice de Realização de Audiências nos Cejuscs (Reacej): Total de audiências realizadas nos CEJUSCs, em relação ao total de processos e de procedimentos pré-processuais recebidos no CEJUSC.

Fórmula:

$$ReaCej = \frac{AudCEJUSC}{(PRemCNCrimCEJUSC + PPRCNCEJUSC)}$$

AudCEJUSC – audiências de conciliação e mediação realizadas nos CEJUSCs

PRemCNCrimCEJUSC – processos de conhecimento não criminais remetidos para os CEJUSCs

PPRCNCEJUSC – procedimentos pré-processuais de resolução de conflitos novos ingressados nos CEJUSCs.

Indicadores e Metas								
Identificação	Ano de referência	Meta	Meta					
			2021	2022	2023	2024	2025	2026
Indicador	2020	Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Conciliação	8,5%	Alcançar 20% até 2026	10%	12%	14%	16%	18%	20%
Índice de Realização Audiências nos Cejuscs	65,2%	Alcançar 80% até 2026	65%	67%	70%	73%	76%	80%



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

- **Macrodesafio: Consolidação dos Sistemas de precedentes obrigatórios**

Descrição: Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

➤ **Indicadores:**

Tempo Médio Entre o Trânsito em Julgado/ou Sentença de Mérito do Precedente e a Sentença de Aplicação da Tese: Indica o tempo decorrido entre o trânsito em julgado/sentença de mérito de um precedente e o julgamento dos respectivos processos suspensos, em relação ao total de processos que estavam sobrestados e foram julgados após julgamento do precedente.

Fórmula:

$$TpSentSobr = \frac{\sum_{i=1}^{SentSobr} (DtTransJulgSobr_i - DtSentPrec_i)}{SentSobr}$$

DtTransJulgSobr – Data de trânsito em julgado do processo sobrestado;

DtSentPrec – Data da sentença de mérito do precedente; e

SentSobr – Total de processos julgados que estavam sobrestados por determinado precedente já julgado.

Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas: Indica o tempo decorrido entre a afetação/admissão e publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs), em relação ao total de IRDRs com acórdãos publicados no ano.

Fórmula:

$$TpSentIRDR = \frac{\sum_{i=1}^{SentIRDR} (DtAcordaoIRDR_i - DtAdmisIRDR_i)}{SentIRDR}$$

DtAcordaoIRDR – Data de publicação do acórdão no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR);

DtAdmisIRDR – Data da afetação/admissão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR); e

SentIRDR – Total de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com acórdãos publicados no ano.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos incidentes de assunção de competência: Indica o tempo decorrido entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IACs), em relação ao total de IACs com acórdãos publicados no ano.

Fórmula:

$$TpSentIAC = \frac{\sum_{i=1}^{SentIAC} (DtAcordaoIAC_i - DtAdmisIAC_i)}{SentIAC}$$

DtAcordaoIAC – Data de publicação do acórdão no Incidente de Assunção de Competência (IAC);

DtAdmisIAC – Data da afetação/admissão do Incidente de Assunção de Competência (IAC);

SentIAC – Total de Incidentes de Assunção de Competência (IAC) com acórdãos publicados no ano.

Indicadores e Metas

Identificação	Ano de referência	Meta						
		Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Indicador	2020	Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Tempo Médio entre o Trânsito em julgado/ou Sentença de Mérito do Precedente e a Sentença de Aplicação da Tese.	-	1a 6m em 2026	1a6m	1a6m	1a6m	1a6m	1a6m	1a6m
Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Resolução de demandas repetitivas.	1 ano e 8 meses	1a 6m em 2026	4a	3a6m	3a	2a6	2a	1a6m
Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Assunção de Competência.	-	1a 6m em 2026	1a6m	1a6m	1a6m	1a6m	1a6m	1a6m

- Macrodesafio: Promoção da Sustentabilidade**

Descrição: Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

➤ Indicadores:

Índice de Desempenho de Sustentabilidade: indicador sintético resultante de vários indicadores distintos calculados com base nos dados da Resolução CNJ n. 201/2015. Os resultados, o método aplicado e os indicadores utilizados constam na publicação anual do “Balanço Socioambiental do Poder Judiciário”, produzido pelo DPJ/CNJ.

Indicadores e Metas								
Identificação	Ano de referência	Meta						
Indicador	2020	Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Desempenho de Sustentabilidade	49,8%	Alcançar 80% até 2026	55%	60%	65%	70%	75%	80%

• Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

Descrição: Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social. Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção à interna e ao interno, à egressa e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social. Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

➤ Indicadores:

Taxa de Encarceramento: Indica o total de presos provisórios e presos condenados por 100 mil habitantes.

Fórmula:

$$TE = \frac{(\text{Presos provisórios} + \text{Presos condenados})}{\text{Habitantes}} * 100.000$$



Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento:

Indica o tempo de duração dos casos pendentes, decorrido entre a data da autuação/recebimento até o último dia do ano-base, dos processos considerados na variável CpCCrim nas fórmulas e glossários dos anexos da Resolução CNJ n. 76/2009.

Fonte dos dados: Base de Dados Nacional do Poder Judiciário (Datajud), levando-se em consideração as fórmulas e os glossários da Resolução CNJ n. 76/2009 e a parametrização do Justiça em Números, a ser aplicada conforme Classes, Assuntos e Movimentos da TPU.

Fórmula de cálculo: TpCp aplicada aos processos de conhecimento criminais.

Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Processos Provisórios:

indica o tempo médio entre o dia da prisão dos presos provisórios e o julgamento em primeira instância.

Fonte dos dados: em construção pelo CNJ, a partir da conjugação de dados disponíveis nos sistemas do CNJ.

Fórmula de cálculo: Totalização do tempo (em dias) entre a prisão dos presos provisórios no ano base e o julgamento em primeira instância dividido pelo número de presos provisórios.

Indicadores e Metas

Identificação	Ano de referência	Meta						
		Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa de Encarceramento	234 presos por 100.000 habitantes	Reduzir para 100 presos por 100.000 habitantes até 2026	Reduzir para 210 presos por 100.000 hab. até 2026	Reduzir para 190 presos por 100.000 hab. até 2026	Reduzir para 170 presos por 100.000 hab. até 2026	Reduzir para 140 presos por 100.000 hab. até 2026	Reduzir para 120 presos por 100.000 hab. até 2026	Reduzir para 100 presos por 100.000 hab. até 2026
Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de conhecimento	6 anos e 10 meses	Reduzir para 5 anos até 2026	6a 10m	6a 8m	6a 6m	6a	5a 6m	5a
Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Processos Provisórios	4 meses e 14 dias	Reduzir para 90 dias até 2026	120 dias	100dias	90dias	90dias	90dias	90dias



- **Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária**

- **Descrição:** Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistradas e magistrados, servidoras e servidores, pela sociedade e pelos integrantes do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado às cidadãs e cidadãos.

➤ **Indicadores:**

Índice de Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Qualidade da Informação: Percentual da pontuação alcançada nos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia” (correspondente ao antigo “Qualidade da Informação”), conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação à pontuação total desses eixos.

Fórmula:

$$Prêmio_{gov-dados} = \frac{\text{Soma da pontuação alcançada nos eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia"}}{\text{Soma da pontuação máxima nos eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia"}} * 100$$

Índice de Execução do Plano de Gestão: Percentual de ações concluídas em relação ao total de ações.

$$Fórmula: IEPG = \frac{\sum \text{Ações Concluídas}}{\sum \text{Total de Ações}}$$

Indicadores e Metas

Identificação	Ano de referência	Meta						
		Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Indicador	2020	Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de desempenho dos órgãos no prêmio CNJ de qualidade nos eixos “governança” e “qualidade da informação”	73,81%	Alcançar 80% em 2026	74%	75%	76%	78%	79%	80%
IEPG	90%	Manter 90% até 2026		90%		90%		90%



Perspectiva

Aprendizado e Crescimento



- **Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas**

Descrição: Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização das servidoras e servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

➤ **Indicadores:**

Índice de absenteísmo-doença: Mede o percentual de ausências de magistrados e servidores (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença própria.

Fórmula:

$$\text{Índice de absenteísmo} = \frac{\text{Dias de ausência por motivo de saúde (própria ou de familiar) de magistrados e servidores}}{\text{quantidade de dias no ano} * \text{Total de magistrados e servidores no final do período}}$$

Índice de Capacitação de Magistrados (Icapm): Percentual de magistrados capacitados (participantes que concluíram, ao menos, um curso de capacitação) em relação ao total de magistrados.

Fórmula:

$$ICapM = \frac{\text{Total de magistrados capacitados}}{\text{Total de magistrados}} * 100$$

Índice de Capacitação de Servidores (Icaps): Percentual de capacitados (participantes que concluíram curso de capacitação) em relação ao total de servidores.

Fórmula:

$$ICapS = \frac{\text{Total de capacitados}}{\text{Total de servidores}} * 100$$



Indicadores e Metas

Identificação	Ano de referência		Meta					
			2021	2022	2023	2024	2025	2026
Indicador	2020	Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Absenteísmo-Doença	2,8%	Reduzir para 2,4% em 2026	2,8%	2,8%	2,7%	2,6%	2,5%	2,4%
Índice de Capacitação de Magistrados	21%	Alcançar 50% em 2026	25%	30%	35%	40%	45%	50%
Índice de Capacitação de Servidores	14,7%	Alcançar 45% em 2026	20%	25%	30%	35%	40%	45%

- **Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira**

Descrição: Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

➤ **Indicadores:**

Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias (Idob): Mede o percentual de comprometimento dos recursos aprovados na lei orçamentária com as despesas obrigatórias, revelando, por consequência, as restantes disponibilidades para as despesas sobre as quais a administração tem discricionariedade na utilização

Fórmula:

$$IDob = \frac{DOb}{DIn} * 100$$

DOb: Dotação inicial na Lei Orçamentária Anual para despesas obrigatórias.
DIn: Dotação inicial aprovada na Lei Orçamentária Anual.

Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (Iedd): Indica o grau de aproveitamento das dotações aprovadas no orçamento e em créditos adicionais e destinadas às despesas discricionárias. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com o grau de acerto da administração nas priorizações feitas pela administração por ocasião da elaboração da proposta orçamentária.

Fórmula:

$$IEDD = \frac{EDD}{DD} * 100$$



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

EDD: Montante empenhado de dotações para despesas discricionárias; e
DD: Dotação atualizada para despesas discricionárias.

Índice de Execução das Dotações para Projetos (Iep): Indica o grau de aproveitamento das dotações para despesas discricionárias, aprovadas no orçamento e em créditos adicionais, classificadas como projetos. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com a capacidade da administração de executar seus investimentos e o acerto nas prioridades.

Fórmula:

$$IEP = \frac{EDP}{DP} * 100$$

EDP: Montante empenhado de dotações para projetos; e

DP: Dotação atualizada para despesas com projetos.

Indicadores e Metas								
Identificação	Ano de referência		Meta					
Indicador	2020	Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Dotações Para Despesas Obrigatórias (IDob)	88%	Manter 88% até 2026	88%	88%	88%	88%	88%	88%
Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD)	78%	Alcançar 82% em 2026	80%	80%	82%	82%	82%	82%
Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP)	80%	Alcançar 77% em 2026	70%	70%	72%	74%	75%	77%

- **Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de Tic e de Proteção de Dados**

Descrição: Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais às cidadãs e cidadãos e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.



➤ **Indicadores:**

IGOV TIC-JUD: Refere-se à pontuação alcançada na última apuração do IGovTIC-Jud, publicada pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ.

Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acerto Total (Icele): Total de casos eletrônicos em relação ao acervo total.

Fórmula:

$$I_{Cele} = \frac{\text{Casos pendentes eletrônicos}}{\text{Casos pendentes}}$$

Indicadores e Metas

Identificação	Ano de referência	Meta	Meta					
			2021	2022	2023	2024	2025	2026
Indicador	2020	Meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
IGOV TIC-JUD	71%	Alcançar 86% em 2026	73%	75%	77%	80%	83%	86%
Percentual de Casos Eletrônicos Sobre o Acerto Total	44%	Alcançar 100% até 2026	-	100%	100%	100%	100%	100%